



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 29/XII/ 1.ª SL

Aos 26 dias do mês de Outubro de 2011, pelas 10:15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Admissão e distribuição de petições;
4. Apreciação e votação dos pareceres sectoriais sobre a Proposta de Lei n.º 27/XII/1.ª (GOV) - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012"
 - Área da Administração Interna - Relator - Deputado Hugo Lopes Soares (PSD);
 - Área da Justiça - Relatora - Deputada Cecília Honório (BE);
 - Área da Igualdade - Relatora - Deputada Elza Pais (PS);
5. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 22/XII/1.ª (GOV) - "Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária";
6. Apreciação e votação do parecer sobre a Petição n.º 157/XI/2.ª subscrita pela Federação Portuguesa pela Vida (5601 assinaturas) que "Solicita a "Avaliação da realidade do aborto em Portugal"; (Parecer solicitado pela Comissão de Saúde) - Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD);
7. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório do Governo "Portugal na União Europeia - 2010" - Relator - Deputado João Lobo (PSD);
8. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
9. Audiência do Presidente do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, Conselheiro Simas Santos, sobre o relatório de actividades daquele Conselho, referente ao ano de 2010 e 1.º semestre do ano de 2011.
10. Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias, designadamente:
 - COM(2011)327 - LIVRO VERDE - Reforçar a confiança mútua no espaço judiciário europeu - Livro Verde sobre a aplicação da legislação penal da UE no domínio da detenção - Relator - Deputado José Luís Ferreira (PEV);
11. Outros assuntos.

12:00 Horas: Audiência do Presidente do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, Conselheiro Simas Santos, sobre o relatório de actividades daquele Conselho, referente ao ano de 2010 e 1.º semestre do ano de 2011.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD), deu início à reunião com a distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 29/XII/ 1.ª SL

PROJECTO DE LEI

N.º AUTOR	Título	ADMISSÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE
92/XII/1 (PCP)	Reforça a protecção das vítimas de violência.	18-10-2011	19-10-2011

Relatora: Deputada Maria Paula Cardoso

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	Título	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO
6/XII/1.ª (GOV)	Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Argentina sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Lisboa, em 6 de Outubro de 2008	19-10-2011	19-10-2011 (sendo competente a 2.ª Comissão - CNECP)

Relator (nos termos e para os efeitos do artigo 199.º do RAR): Deputado João Lobo (PSD)

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	Título	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO
111/XII/1.ª - PS	Recomenda ao Governo a preservação do acervo dos Governos Cívicos, a sua entrega ao Arquivo Distrital respectivo e a Museus da Região.	19-10-2011	21-10-2011 (Competência - 8ª Comissão)

Por já ter sido discutido na 8.ª Comissão (que é a competente), a 1.ª Comissão deliberou não proceder à sua discussão

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 29/XII/ 1.ª SL

<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Rumo a uma política da UE em matéria penal: assegurar o recurso ao direito penal para uma aplicação efectiva das políticas da UE [COM (2011)573].</p>	<p>Deputado Luis Pita Ameixa (PS)</p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Directiva 2003/109/CE relativa ao estatuto dos nacionais de países terceiros residentes de longa duração [COM (2011) 585].</p>	<p>Deputada Andreia Neto (PSD)</p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO: 28.º RELATÓRIO ANUAL SOBRE O CONTROLO DA APLICAÇÃO DO DIREITO DA UE (2010) [COM (2011) 588]. Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: “SITUATION IN THE DIFFERENT SECTORS” [SEC(2011)1093] e “STATISTICAL ANNEX” [SEC (2011)1094].</p>	<p>Deputada Ana Catarina Mendes (PS)</p>
<p>PARECER DA COMISSÃO de 30.9.2011 sobre os pedidos de alteração do Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia apresentados pelo Tribunal de Justiça [COM(2011)596].</p>	<p>Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)</p>
<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um direito europeu comum da compra e venda [COM(2011)635]. Esta iniciativa tem ainda associados: a Avaliação de Impacto [SEC(2011)1165] e o Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)1166].</p>	<p>Deputada Isabel Moreira (PS)</p> <p>Até 16.11.2011</p> <p>(Aferição do princípio da subsidiariedade)</p>
<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: UM DIREITO EUROPEU COMUM DA COMPRA E VENDA PARA FACILITAR AS TRANSACÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS NO MERCADO ÚNICO [COM(2011)636].</p>	<p>Deputada Isabel Moreira (PS)</p>
<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: O Futuro do Fundo de Solidariedade da União Europeia [COM(2011)613].</p>	<p>Deputado João Lobo (PSD)</p>



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 29/XII/ 1.ª SL

Em seguida, foi admitida por unanimidade, na ausência do PEV, a Petição n.º 44/XII, subscrita por Carla Aves de Oliveira e outros (num total de 4608 cidadãos), que "*Solicitam que a Assembleia da República legisle no sentido de reformular a forma de pagamento das compensações devidas aos advogados inscritos no Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais*", tendo sido nomeado seu Relator o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD).

No quarto ponto da ordem de trabalhos, teve lugar a apreciação dos pareceres sectoriais sobre a Proposta de Lei n.º 27/XII/1.ª (GOV) - "*Aprova o Orçamento do Estado para 2012*", que foram apresentados pelos respectivos Relatores.

A Senhora Deputada Elza Pais (PS) apresentou o seu parecer sobre a matéria da Igualdade constante da Proposta de Lei, tendo intervindo no debate subsequente as Senhoras Deputadas Maria Paula Cardoso (PSD), Cecília Honório (BE), Teresa Anjinho (CDS/PP) e o Senhor Deputado João Oliveira (PCP). As partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

O Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD) apresentou o seu parecer sobre a matéria da Administração Interna constante da Proposta de Lei, tendo intervindo no debate subsequente os Senhores Deputados António Filipe (PCP) e Cecília Honório (BE). As partes I e III do parecer foram aprovadas com votos favoráveis do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE, na ausência do PEV.

Por fim, a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) apresentou o seu parecer sobre a matéria da Justiça constante da Proposta de Lei, tendo intervindo no debate subsequente os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD), Jorge Lacão (PS) e João Oliveira (PCP). As partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, teve início a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 22/XII/1.ª (GOV), que "*Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária*".



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 29/XII/ 1.ª SL

Esta Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 7 de Outubro de 2011, após aprovação na generalidade, para discussão e votação na especialidade. Apresentaram propostas de alteração os Grupos Parlamentares do PS, do BE e do PCP.

Intervieram na discussão os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS), Filipe Neto Brandão (PS), João Oliveira (PCP), Teresa Leal Coelho (PSD) e Teresa Anjinho (CDS/PP), que apreciaram e debateram as propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS, incidindo sobre os artigos 1.º, 9.º e 20.º do Anexo à Lei a aprovar.

Assim, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) começou por apresentar a proposta para o artigo 1.º, explicando que visava clarificar que o critério deverá ser o da disponibilidade dos direitos controvertidos. A Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP) considerou a proposta redundante, uma vez que o critério da transacção é o da própria disponibilidade dos direitos em causa, tal como dispõe o Código Civil.

Em seguida, os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão e Jorge Lacão (PS) apresentaram as propostas de substituição do n.º 4 do artigo e de eliminação do n.º 5 do artigo 9.º, fazendo apelo à inadequação de os árbitros terem um estatuto mais blindado que os magistrados judiciais, designadamente com limitação da sua responsabilidade em relação aos terceiros prejudicados, que os não poderiam demandar. Consideraram que o n.º 5 constitui uma incongruência técnica, que limita a responsabilidade extracontratual dos árbitros. As Senhoras Deputadas Teresa Anjinho (CDS/PP) e Teresa Leal Coelho (PSD) explicaram que a protecção dos terceiros existirá sempre, muito embora esteja excluída a responsabilidade civil extracontratual dos árbitros, por, na arbitragem, vigorar o princípio da autonomia das partes. Explicaram que a Proposta de Lei visava aproximar a arbitragem do paradigma europeu, sendo certo que a natureza da arbitragem é diferente da função jurisdicional, justifica que se distancie o estatuto dos magistrados dos dos árbitros e que as garantias de exercício da função sejam flexibilizadas. Consideraram que o n.º 4 da Proposta de Lei era necessário por fazer uma remissão substantiva (para o artigo 13.º da Lei n.º



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 29/XII/ 1.ª SL

67/2007), a qual o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) contestou, recordando que a arbitragem permite uma decisão baseada na equidade e lembrando que a responsabilidade dos magistrados nunca é directa, mas opera por via do direito de regresso que pode ser exercido por decisão do Conselho Superior da Magistratura, pelo que a norma consagra uma falsa equiparação.

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) disse compreender as alterações propostas pelo GP do PS, atentas as dúvidas legítimas suscitadas no parecer do Conselho Superior da Magistratura sobre a Proposta de Lei em apreço.

Em face das dúvidas suscitadas no decurso do debate, foi deliberado continuar a discussão na especialidade da iniciativa na reunião subsequente da Comissão.

No sexto ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) apresentou o seu parecer sobre a Petição n.º 157/XI/2.ª, subscrita pela Federação Portuguesa pela Vida (5601 assinaturas) que "Solicita a "Avaliação da realidade do aborto em Portugal". O parecer, emitido a solicitação da Comissão de Saúde, competente para a apreciação da petição, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, após um breve debate em que intervieram os Senhores Deputados Isabel Alves Moreira (PS) e Telmo Correia (CDS/PP).

Adiados os pontos 7, 8 e 9 da ordem de trabalhos, foi fixada a redacção final do texto que procede à *"Primeira Alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários"* [Proposta de Lei n.º 19/XII/1.ª (GOV)], tendo sido cumprido pela Comissão o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PEV, com aceitação, por unanimidade dos presentes, das sugestões de redacção constantes da Informação n.º 1693/DAPLEN/2011, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Foi ainda fixada a redacção final do texto que *"Cria equipas extraordinárias de Juízes Tributários"* [Proposta de Lei n.º 20/XII/1.ª (GOV)], tendo sido cumprido pela Comissão o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PEV, com aceitação, por unanimidade dos

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 29/XII/ 1.ª SL

presentes, das sugestões de redacção constantes da Informação n.º 1698/DAPLEN/2011, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Pelas 12h35, teve início a audiência do Presidente do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN (CFBDPADN), Conselheiro Simas Santos, sobre o relatório de actividades daquele Conselho, referente ao ano de 2010 e 1.º semestre do ano de 2011.

Após uma intervenção inicial do Senhor Presidente do CFBDPADN, na qual reafirmou as dificuldades sentidas no funcionamento e actuação desta entidade e reiterou a sua preocupação com a falta de resolução de questões, incluindo de alteração legislativa e de aplicação da Lei n.º 5/2008, de 12 de Fevereiro, que “*Aprova a criação e uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação criminal*”, da maior importância para o exercício de funções daquele Conselho, intervieram os Senhores Deputados João Lobo (PSD), João Oliveira (PCP), Cecília Honório (BE), Jorge Lacão (PS) e Telmo Correia (CDS/PP), que manifestaram disponibilidade para uma reflexão séria sobre as preocupações expressas.

A audição foi gravada em áudio e [vídeo](#), tendo sido transmitida pelo Canal Parlamento.

A reunião foi encerrada às 13:30 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de Outubro de 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(FERNANDO NEGRÃO)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ACTA NÚMERO 29/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carla Rodrigues
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Isabel Alves Moreira
João Oliveira
Jorge Lação
Luís Pita Ameixa
Manuel Meirinho Martins
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
António Filipe
Elza Pais
João Lobo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
José Luís Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Velosa